

Um novo modelo de desenvolvimento

Abidon Henrique *

A economia do Distrito Federal, ao longo dos anos, sempre se pautou pelo binômio setor público/construção civil. Com o acirramento da crise do Estado e a conseqüente política de contenção de gastos e enxugamento da máquina pública, essa fórmula, que atraiu milhares de brasileiros para o Planalto Central, chegou ao esgotamento.

Os postos de trabalho no setor público minguaram e os salários do funcionalismo, congelados há três anos, perderam drasticamente o poder de compra. A construção civil sofreu, por tabela, os efeitos da crise com a ausência das grandes obras oficiais, o principal combustível do setor. O resultado não poderia ser outro: redução da oferta de emprego e

alijamento do mercado de consumo de milhares de trabalhadores. Sem consumidores, as vendas no comércio despencaram e a produção da incipiente indústria local veio abaixo, num perigoso efeito bola de neve.

Paralelamente a isso, governos passados estimularam a vinda em massa de migrantes para Brasília por meio da adoção da irresponsável política de distribuição de lotes. Assentamentos foram criados sem que se oferecessem as mínimas condições de sobrevivência aos novos habitantes.

O somatório desses fatores gerou um quadro social explosivo: desemprego, deterioração dos serviços públicos, crescimento urbano desordenado e violência. Principalmente, nas áreas mais carentes.

Em função disso, Brasília se debate hoje com os mesmos problemas de qualquer metrópole. Com um agravante: a arrecadação local, mesmo com os subsídios da União para as áreas de Saúde, Segurança e Educação,

está longe de corresponder ao volume de investimentos necessários para se atender às demandas da comunidade.

Diante desse panorama nada alvissareiro, urge buscar um novo modelo de crescimento que associe o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social e proporcione a Brasília a tão almejada autonomia econômica.

O atual governo do Distrito Federal, ao longo de três anos e meio, deu mostras de estar preocupado com a ques-

A economia do Distrito Federal sempre se pautou pelo binômio setor público/construção civil

tão. Criou programas exitosos, como o BRB Trabalho, que permite a pequenos empreendedores acesso ao crédito bancário, e o Prove (Programa de Verticalização da Produção Agrícola), que propicia ao pequeno produtor processar e comercializar seus produtos.

Estimulou a implantação de três novos distritos industriais no DF: o de Taguatinga, que inclui no Plano Diretor elaborado à época em que estive à frente da Administração da cidade; o do Porto Seco e o Setor de Alta Tecnologia de Sobradinho.

Há ainda o Projeto Orla, cujo primeiro

marco, o Pontão do Lago Sul, foi lançado durante minha administração no Lago Sul. Além de estimular atividades comerciais, o Projeto Orla vai dar novo alento ao turismo local. Junto a isso, o governo organizou missões internacionais, sempre com a participação de empresários locais e a parceria das federações da Indústria, do Comércio, das As-



sociedades Comerciais e da Câmara de Dirigentes Lojistas, contribuindo para a construção lá fora de uma nova imagem do Distrito Federal.

Tudo isso foi importante, mas é preciso ir mais

longe. É necessário desenvolver uma política de incentivos fiscais mais ousada, que viabilize a entrada de novas empresas em Brasília e facilite a vida das já instaladas.

Com essa política, o governo perde no varejo mas ganha no atacado. O aumento do número de empresas estabelecidas no nosso território certamente aumentaria significativamente a arrecadação.

Nessa linha, é imprescindível acelerar a instalação do Pólo Econômico do Distrito Federal, na região de Taguatinga, Samambaia e Ceilândia. O pólo, cuja idéia vem sendo ventilada há anos, funcionaria como o principal espaço fomentador de desenvolvimento no DF.

As empresas que se estabelecem na região seriam concedidas isenções e incentivos de toda a ordem, com um condi-

O desenvolvimento econômico com progresso social é uma combinação em que ganham empresários, governo e comunidade

A consolidação do Pólo de Taguatinga, Samambaia e Ceilândia, e o investimento no Entorno são chaves de um novo modelo

cionante: além de gerar empregos, as empresas teriam que investir parte de seus lucros em obras para a comunidade, como a construção de escolas, centros de saúde, postos policiais, parques de lazer.

É o desenvolvimento econômico com progresso social, uma combinação em que todos ganham: os empresários, que poderão ampliar seus negócios; o governo, que arrecadará mais impostos; e a comunidade, que terá mais emprego e uma estru-

ra de serviços muito maior ao seu dispor.

Além disso, é preciso dar atenção especial à região do Entorno do DF. Até hoje, a região, de forte potencial econômico - o ecoturismo e a agropecuária são duas vocações - sobrevive à sombra de Brasília como terra de ninguém.

Recentemente, o Senado aprovou projeto que regulamenta a região metropolitana do Entorno. Uma boa iniciativa se os senadores não tivessem esquecido de um detalhe fundamental: a criação de um fundo de investimentos, com verbas das agências governamentais como BNDES, CEF, BB, para a realização de obras na sua região.

Sem o fundo, que poderia ser gerido pelos Estados que comportam as cidades do Entorno -

DF, Goiás e Minas - o projeto não passa de uma carta de boas intenções, que, afóra o "status" de região metropolitana, nada vai propiciar de concreto para os moradores da região.

Em suma, é isso: para superar as adversidades, Brasília precisa rapidamente adotar um novo modelo de desenvolvimento. A consolidação do Pólo Econômico do DF, na área de Taguatinga, Samambaia e Ceilândia, e o investimento na região do Entorno são itens-chave desse modelo.

Podem não significar a salvação da pátria, mas sem dúvida funcionariam como uma importante alavanca para a arrancada do desenvolvimento no DF.

Um desenvolvimento que revela o quadro de incertezas e aflições por que passa boa parte da população, e consiga gerar mais emprego, mais saúde, mais educação, mais segurança para todos.

* Ex-administrador de Taguatinga e do Lago Sul